

RESOLUÇÃO N.º 014 – DE 12 DE JULHO DE 2021

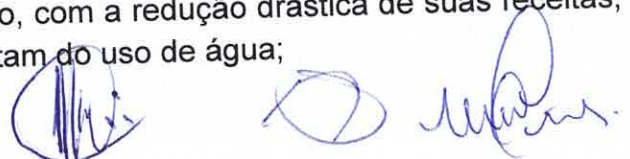
“Dispõe sobre a prorrogação da proibição de interrupção do fornecimento do serviço público de abastecimento de água potável por inadimplência e dá outras providências durante a fase de transição anunciada pelo Governo do Estado de São Paulo em decorrência da crise de saúde pública causada pelo novo coronavírus (Covid-19).”

O CONSELHO ADMINISTRATIVO da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos serviços públicos de saneamento básico do Município de Araçatuba – AGRF-DAEA, no uso de suas atribuições e;

Considerando que a Resolução 002/2021, publicada no dia 27 de março de 2021, que, em seu artigo 1º, estabeleceu a vedação de interrupção do abastecimento público de água potável para os usuários enquadrados na categoria tarifária “Residencial”, que viessem a inadimplir com o pagamento das respectivas faturas emitidas com referência a 03/2021, e, em seu artigo 2º, manteve vedação de interrupção do abastecimento público de água potável para os usuários enquadrados na categoria tarifária “Residencial Social”, anteriormente prevista na Resolução AGRF-DAEA nº 010/2020, e, em seu artigo 6º, previu a possibilidade de prorrogação dos seus efeitos, caso houvesse a prolação dos efeitos dos decretos emergenciais expedidos pelos Poderes Executivos Municipal e Estadual;

Considerando que houve a publicação da Resolução 005/2021, que baseada nas disposições do artigo 6º da Resolução 002/2021, prorrogou, até o dia 30 de abril de 2021, a vedação de interrupção do abastecimento público de água potável para os usuários enquadrados na categoria tarifária “Residencial”, que viessem a inadimplir com o pagamento das respectivas faturas emitidas com referência a 03/2021, e, em seu artigo 2º, vedou também, até o dia 30 de abril de 2021, a interrupção do serviço de abastecimento público de água potável para os usuários enquadrados na categoria tarifária “Comercial/Industrial”, que tivessem sido impedidos de exercerem suas atividades, nos termos do art. 2º, I, e art. 3º, do Decreto Municipal nº 21.696/21, desde o dia 15 de março de 2021, e que viessem a inadimplir com o pagamento de suas respectivas faturas a partir de 20 de abril de 2021 ;

Considerando que desde o dia 15 de março de 2021, uma porcentagem do comércio e serviços considerados não essenciais encontra-se com as portas fechadas, e em alguns casos só é possível manter as atividades com vendas por sistema “*delivery*” ou “*drive-thru*”, portanto, com a redução drástica de suas receitas, precisam manter as atividades e necessitam do uso de água;



Considerando que no dia 16 de abril de 2021 o governo do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 65.635, de 16 de abril de 2021, estabeleceu uma fase de transição da fase vermelha para a fase laranja em todo o estado, no período do dia 19 de abril a 30 de abril de 2021, e, através do Decreto nº 65.663, de 30 de abril de 2021, estendeu a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e as medidas transitórias, de caráter excepcional, instituídas pelo Decreto nº 65.635, de 16 de abril de 2021, até 9 de maio de 2021;

Considerando que no dia 29 de maio de 2021 o governo do Estado de São Paulo publicou o Decreto nº 65.731 de 28 de maio de 2021, que prorrogou novamente a fase de transição da fase vermelha para a fase laranja até o dia 13 de junho de 2021, e manteve as condições de restrições do Decreto nº 64.994 de 28 de maio de 2020;

Considerando que o Decreto Estadual nº 65.792 de 11 de junho de 2021 prorrogou a vigência das medidas restritivas no Estado de São Paulo até o dia 30 de junho de 2021; e no dia 1º de julho de 2021 o Governo do Estado de São Paulo publicou o Decreto Estadual nº 65.839 de 30 de junho de 2021 que os termos e condições estabelecidos no Decreto nº 64.994 de 28 de maio de 2020 ficam estendidos até 15 de julho de 2021;

Considerando que a Prefeitura do Município de Araçatuba publicou o Decreto nº 21.801, que prorrogou a vigência do Decreto Municipal nº 21.790/2021 até dia 13 de junho de 2021, seguindo as determinações do Plano São Paulo; e que no dia 12 de junho de 2021 publicou um novo decreto de nº 21.825/2021 que prorrogou até 30 de junho de 2021 a vigência do Decreto Municipal nº 21.790/2021 e por fim publicou no dia 30 de junho de 2021 o Decreto nº 21.847/2021 prorrogando a vigência do Decreto Municipal 21.790/2021 até o dia 15 de julho de 2021;

RESOLVE:

Art. 1.º - Nos termos desta Resolução, fica prorrogada a vedação da interrupção do serviço de abastecimento público de água potável para os Usuários enquadrados na categoria tarifária “Residencial”, que venham a inadimplir com o pagamento de suas respectivas faturas emitidas a partir da referência 03/2021, até o dia 15 de julho de 2021.

Art. 2.º - Fica vedada, também, até o dia 15 de julho de 2021, a interrupção do serviço de abastecimento público de água potável para os Usuários enquadrados na categoria tarifária “Comercial/Industrial” e que tenham sido impedidos de exercer suas atividades nos termos do art. 2º, I, e art. 3º do Decreto Municipal nº 21.696/21, desde o dia 15 de março de 2021, e que venham a inadimplir com o pagamento de suas respectivas faturas emitidas a partir de 20 de abril de 2021.

Art. 3.º - A qualquer momento, o Conselho Administrativo da Agência Reguladora poderá reunir-se para avaliar a cessação ou a ampliação do prazo de vigência desta Resolução, cuja análise considerará o estado de prestação dos serviços públicos de água e de esgoto, as medidas municipais de reabertura econômica, assim com a classificação do Município de Araçatuba perante as fases dispostas do Plano São Paulo.

Art. 4.º - Submetendo-se à vigência da presente Resolução, fica mantida a vedação à interrupção do serviço de abastecimento público de água potável para os Usuários enquadrados na categoria tarifária “Residencial Social”, anteriormente prevista na Resolução AGRF-DAEA nº 010/2020.

Art. 5.º - Permanecem inalterados todos os demais termos da Resolução 002/2021, de 26 de março de 2021.

Art. 6.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 14 de junho de 2021.

ARAÇATUBA-SP, 12 de julho de 2021.

Prof. MÁRCIO SAITO
- Comissário Geral -

Eng.º PETRÔNIO PEREIRA LIMA
- Comissário Adjunto -

Dr. MOACIR DUARTE PIRES
- Comissário Procurador -